ALTERNATIVAS DO HABITAR RESILIENTE EM ÁREAS DE TRANSIÇÃO RURAL-URBANA EM CAMAÇARI-BA

RESILIENT HOUSING ALTERNATIVES IN RURAL-URBAN TRANSITION AREAS IN CAMAÇARI-BA

Heliana Faria Mettig Rocha [1]; Zayane Chaves de Oliveira [2]; Mila Hama Barbosa [3]; Júlia Belém Magalhães da Silva [4]

[1]Pós-doutora em Arquitetura e Urbanismo | helianamettig@ufba.br | UFBA | Salvador, Brasil; [2]Mestranda em AU | zayane.chaves@ufba.br | UFBA | Salvador, Brasil; [3]Graduanda em AU | mila.hama@ufba.br | UFBA | Salvador, Brasil; [4]Graduanda em AU | juliabelem@ufba.br | UFBA | Salvador, Brasil.

Resumo:
Primeira aproximação às áreas periurbanas de Camaçari/BA, dando visibilidade às reivindicações da Rede Rural Agroecológica de Camassary (RRAC), frente à pressão imobiliária reforçada pelo recente Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável (PDDU-S) do município. Foram observados os modos de *habitar* de comunidades tradicionais, agricultores familiares e condomínios ecológicos, a partir de levantamento de dados históricos e legislações, mapeamento colaborativo e visitas de campo, com apoio da Ação Curricular em Comunidade e Sociedade (ACCS), disciplina extensionista no âmbito da graduação e pós-graduação do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia. As atividades de ensino-pesquisa-extensão contribuíram com os fundamentos da abordagem socioecológica para desenvolver os resultados e a discussão. Foi desenvolvido um quadro síntese com as categorias - habitar, produzir e preservar - analisadas sob o conceito ampliado de *habitar*, que inclui o acesso à infraestrutura rural adequada e a resiliência territorial, frente ao campo da agroecologia crítica. Conclui-se que os territórios de agricultura nas áreas de transição rural-urbana precisam ser protegidos da especulação imobiliária para o alcance da resiliência territorial, garantindo a segurança alimentar de ambas as populações rural e urbana.

Palavras-chave:
Resiliência; Habitação; Redes; Agroecologia; Mapeamento colaborativo.

Abstract:
The initial exploration of the peri-urban areas of Camaçari, Bahia, Brazil, brought attention to the needs of the Rede Rural Agroecológica de Camaçari (RRAC) in the face of increasing real estate pressure, intensified by the municipality's recent Sustainable Urban Development Master Plan. Through historical research, legislative analysis, collaborative mapping, and field visits, different ways of life within traditional communities, family farms, and ecological condominiums were observed. The latter activities were supported by an extension course offered as part of the undergraduate and graduate programs in Architecture and Urbanism at the Universidade Federal da Bahia. Teaching, research, and extension initiatives contributed to the foundation of the socio-ecological approach, framing the results and discussion. A summary table was created to analyze the categories of inhabiting, producing, and preserving, considering an expanded concept of inhabiting that includes access to adequate rural infrastructure and territorial resilience within the context of critical agroecology. In conclusion, agricultural territories in rural-urban transition zones must be protected from real estate speculation to foster territorial resilience and ensure food security for both rural and urban populations.

Keywords:
Resilience; Housing; Networks; Agroecology; Collaborative mapping.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta uma primeira aproximação às áreas de transição rural-urbana do município de Camaçari-BA, em busca de alternativas para o *habitar* resiliente, no sentido do modo de *habitar* com características rurais de baixo impacto ambiental, que convergem as atividades de *habitar*, produzir e preservar, nas áreas de transição entre as zonas rural e urbana. O termo *habitar* é entendido para além da unidade habitacional, ao integrar requisitos necessários à moradia de qualidade, como infraestrutura, saneamento, equipamentos coletivos, áreas públicas de recreação e lazer, além de segurança física e preservação ambiental (Lefebvre, 1991).

Para tanto, torna-se relevante buscar conhecer os modos de *habitar* que, frequentemente, são combinados ao modo de produzir e preservar, ainda presentes nas áreas rurais próximas às áreas urbanas. Pressupõe-se que estas condições promovem maior sustentabilidade econômica das famílias que vivem da agricultura familiar de subsistência ao apostarem na agricultura de excedente, que podem ser fortalecidas por meio da formação de redes de colaboração e envolvimento de organismos agrícolas na agroecologia (Rede Rural Agroecológica de Camassary - RRAC), na certificação orgânica participativa (Rede Povos da Mata) e no fornecimento de hortifrutigranjeiros via projetos e programas do governo (SENAR).

Nesse sentido, o apoio à agroecologia torna-se algo estratégico, uma vez que ela é capaz de dar respostas a problemas de diferentes ordens e pode ser considerada um referencial técnico-produtivo, social, cultural e ambiental para transformar os sistemas alimentares (Candiotto, 2020) e, consequentemente, prover segurança alimentar para as populações. O autor a descreve como ciência, prática e movimento social.

As áreas de transição rural-urbana equivalem às áreas periurbanas localizadas nas bordas das cidades. Compreendem um *continuum* urbano-rural, onde características rurais ainda se destacam, mescladas à núcleos urbanos. Estas bordas se encontram em processo de descaracterização rural, pelo avanço da expansão urbana, nem sempre regularizada, pelo avanço do desmatamento e da transformação de glebas de antigas fazendas e sítios em empreendimentos de grande porte.

Dessa forma, a contribuição da pesquisa aqui relatada objetiva caracterizar alguns territórios, auxiliando na observação dos diferentes modos de *habitar*, da diversidade produtiva e articulações com a agroecologia, no sentido da preservação e sustentabilidade econômica, que são diferentes daqueles que a especulação imobiliária vem implantando na região. Além disso, estes territórios enfrentam desafios junto à legislação vigente para manter os valores e princípios de seus modos de *habitar*.

Para tanto, a partir do contato com a Rede Rural Agroecológica de Camassary (RRAC) e suas organizações-membro, foram observados diferentes modos de *habitar* oriundos de comunidades tradicionais, agricultores familiares e condomínios ecológicos, que se destacaram pelas suas características rurais resilientes.

Com a finalidade de caracterizá-las, optou-se por uma metodologia que incluiu técnicas de mapeamento e visitas de campo, envolvendo práticas de ensino, pesquisa e extensão. Assim, uma parte do processo ocorreu durante o período de quatro meses, enquanto da realização de um componente curricular na modalidade Ação Curricular em Comunidade e Sociedade (ACCS), que envolveu ensino e extensão, no âmbito da graduação e pós-graduação do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFBA. Outra parte envolveu um projeto de pesquisa, durante o período de um ano, para aprofundamento sobre os fundamentos do *Habitar Resiliente em áreas de transição rural-urbana.* As atividades de ensino e extensão ocorreram por meio de aulas e visitas de campo, e as atividades de pesquisa por meio de levantamento de literatura, discussão de temas para a fundamentação teórico-metodológica e análise de dados secundários, culminando em um seminário conclusivo na universidade.

Nesse contexto apresentado, ainda há o agravante da aprovação recente do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável (PDDU-S) de Camaçari, que se pretende *sustentável*. Durante sua revisão, no ano de 2023, a tentativa de realização de um processo participativo

apresentou controvérsias entre os diversos agentes atuantes no território, evidenciando a resistência da população rural que não se sentiu contemplada.

A escolha por estudar os contextos desiguais e periféricos está na urgência em se repensar políticas públicas e buscar alternativas que representem as necessidades das populações. É nesse sentido que a pesquisa visa colaborar, dando visibilidade às potencialidades existentes nesses territórios, a partir de uma aproximação e caracterização dos modos de *habitar*. Alguns demonstram ser alternativas resilientes à repetição de padrões insustentáveis, historicamente praticados pelo planejamento urbano e, mais recentemente, agravados pela crise climática e alimentar.

Com essas considerações iniciais, a relevância da pesquisa está em problematizar os processos de transformação socioespacial que vem ocorrendo em áreas de transição rural-urbana, tomando o caso das áreas periurbanas de Camaçari, onde emergem iniciativas de base comunitária que vêm enfrentando a problemática da expansão urbana acelerada sobre as áreas rurais e de preservação ambiental.

2. REVISÃO DE LITERATURA

No intuito de uma aproximação à problemática do município de Camaçari, foi demandada a leitura crítica do PDDU-S e dos Códigos Urbanístico e Ambiental como documentos regulatórios, além de referências para desenvolver uma breve discussão sobre a urbanização em áreas de transição rural-urbana, ou áreas periurbanas, aqui caracterizadas pela expansão urbana e a pressão imobiliária sobre as áreas rurais, repetindo a lógica da expansão sobre a Orla do município. De forma complementar, é retomado o conceito mais ampliado do *habitar* para tratar dos modos de vida rural como alternativa frente ao contexto apresentado.

Alguns autores, tanto nacionais quanto internacionais, discorrem sobre as interrelações rural-urbano, a exemplo de Henri Lefebvre e Milton Santos. Com seus pontos de vista críticos, analisaram o rural e urbano como resultado das representações sociais que constituem a vida cotidiana de seus atores sociais. Milton Santos (2005), por exemplo, já considerava que o rural e o urbano não eram realidades isoladas e independentes e sim integrantes de um todo que mantêm relações entre si, mas apresentavam conteúdos que os tornavam comuns, sem demonstrar homogeneidade. Para Lefebvre (1973), o rural e o urbano não poderiam ser diferenciados apenas por meio dos seus aspectos funcionais, pois seria necessário considerar o conteúdo social que baliza cada espacialidade.

A expansão urbana é uma forte característica das cidades médias, considerando que Camaçari, na Bahia, se encontra neste parâmetro com o tamanho de sua população entre 100 mil e 500 mil habitantes. Mesmo as cidades médias, quando analisadas frente ao atual modelo de urbanização global, têm demonstrado serem insustentáveis, sendo necessário buscar alternativas para responder a desafios como as desigualdades sociais e a proliferação de favelas, especialmente nos países do Sul Global. Segundo o Relatório Mundial das Cidades (ONU-Habitat, 2022), 68% da população mundial será urbana até 2050. O estudo afirma que a ideia de alcançar cidades igualitárias e inclusivas implicará em um novo contrato social, de forma a garantir renda básica universal, cobertura de saúde, além de moradia e serviços básicos para todas as pessoas.

O conceito de *habitar*, abordado na pesquisa, está alinhado com o termo cunhado por Lefebvre (1991) que, para além da unidade habitacional, considera sua inserção urbanística, com requisitos necessários à moradia de qualidade, integrando à infraestrutura urbana adequada, o acesso universal ao saneamento ambiental, equipamentos coletivos, áreas públicas de recreação e lazer, mobilidade urbana inclusiva, além de segurança física, social, hídrica e alimentar. No meio urbano, estas são contrapartidas do Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU).

No meio rural, o Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PNDRSS) apresenta diretrizes para o que seria uma infraestrutura rural adequada, mas a direciona para o desenvolvimento socioeconômico e a produtividade agrícola (Brasil, 2013), ainda que estejam pulverizadas em partes do Plano indicações sobre a necessidade de acesso a estradas, água,

saneamento, energia, telecomunicações, transporte, saúde, segurança física e social. No entanto, a garantia destes acessos é de extrema relevância para a qualidade do *habitar* das populações rurais.

Para compreender o que seria o *habitar* resiliente no campo e nas cidades, é preciso incorporar o conceito de resiliência que, no meio urbano consiste na capacidade de resistir, se adaptar e se recuperar de desastres ou impactos que atinjam o ambiente e a população, de modo a garantir acesso à saúde e à alimentação, para um novo ponto de equilíbrio dinâmico. Já o conceito de resiliência territorial faz referência à capacidade dos territórios de promover a sua reorganização social, econômica ou ambiental, frente a um contexto de crise (Walker *et al.*, 2004). Busca-se, portanto, a presença desta capacidade em alguns modos de *habitar* que coexistem frente à conjuntura de disputa por terra, intrínseca às áreas de transição rural-urbana.

Para avançar na temática, nota-se a necessária convergência com o campo da agroecologia crítica, por seu caráter político e potencial contribuição no processo de transformação social, ao envolver a integração entre pesquisa, educação e ação (prática), na busca por mudanças ecológicas, econômicas e sociais que conduzam à sustentabilidade em todo o sistema alimentar. Seu caráter transdisciplinar engloba a necessidade de participação de agricultores, consumidores e outros sujeitos, bem como, o confronto às estruturas de poder econômico e político do atual sistema alimentar industrial, por meio de estruturas sociais alternativas e da ação política (Candiotto, 2020; Altieri, 2000).

Dessa forma, as alternativas do *habitar resiliente* são fundamentadas nos caminhos que garantem melhores condições de vida e de oportunidades aos jovens para sua permanência no campo, valorizando os modos de *habitar* dos territórios tradicionais, da agricultura familiar e os que habitam com princípios de baixo impacto ambiental. Tornam-se referências de autonomia e soberania nas suas diversas dimensões: alimentar, energética, hídrica, pedagógica (Ferreira, Felício, 2021), o que vem a corroborar com a resiliência do território.

Mostra-se necessário, portanto, compreender a integração desses temas à realidade periurbana de Camaçari, onde as relações de interdependência entre as áreas rurais e urbanas impactam a resiliência territorial. O fato é que nem sempre os territórios são providos de acesso à infraestrutura adequada, embora alguns modos de *habitar* sejam mais resilientes, por conseguirem manter uma diversidade produtiva, por meio de articulações com a agroecologia, no sentido da preservação e sustentabilidade econômica, ambiental, cultural e social.

3. CONTEXTO E PROBLEMÁTICA DO TERRITÓRIO

Esta aproximação se deu no município de Camaçari-Bahia, nos Distritos de Monte Gordo e de Abrantes, em áreas que reúnem características rurais, ainda que próximo de áreas urbanas, ou seja, em áreas de transição rural-urbana. Camaçari está inserida no bioma Mata Atlântica, possui cerca de 300 mil habitantes em 785 km² (IBGE, 2022), sendo mais da metade (56,7%) do município composto de área rural (Camaçari, 2023).

O Distrito de Monte Gordo se destaca por sua vocação natural, com áreas de preservação ambiental, e pela presença de terras cultivadas pela agricultura familiar. Já o Distrito de Abrantes possui uma maior área urbana consolidada, embora ainda existam áreas rurais e de preservação ambiental e cultural, próximas aos núcleos urbanos.

O município possui três distritos em seu macrozoneamento, conforme Figura 1, abaixo: (i) Sede, que engloba a zona urbana e o polo industrial; (ii) Abrantes, uma área costeira com vegetação de restinga e uma área rural; (iii) Monte Gordo, predominantemente rural, com transição de vegetação entre restinga e floresta ombrófila.

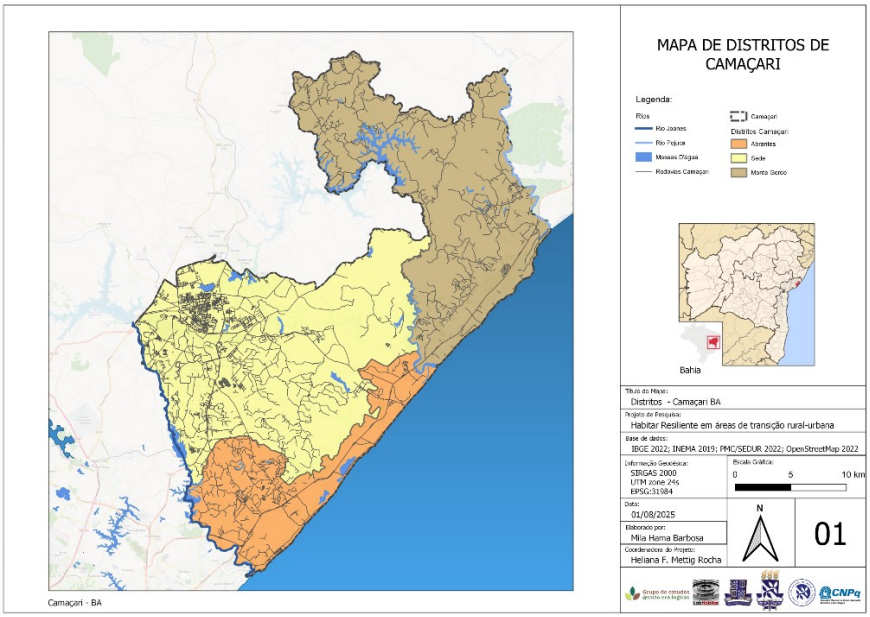

Figura 1: Divisão Político-Administrativa - Mapa de Distritos de Camaçari.
Nota: Área urbana da Sede: 75,9 km²; Área urbana da Orla: 166,9 km²; Área da Zona Industrial: 97,1 km²; Área Rural Total: 445,5 km², aproximadamente 56,7% do município.
Fonte: As autoras (2025); Base de dados: Camaçari (2023).

O rural e o urbano no município não são realidades isoladas e independentes. Na visão de Santos (2005), integram um todo que mantêm relações entre si e apresentam conteúdos comuns, mesmo sem demonstrar homogeneidade. A área rural de, aproximadamente, 56,7% de Camaçari apresentam características marcantes no que tange a vocação natural como polo verde de produção de alimentos e preservação ambiental, sem considerar seu rico conteúdo social e cultural. Esta seria uma condição de alta relevância para garantir a resiliência urbana e territorial em um Plano Diretor.

No entanto, nota-se cada vez mais a pressão para a transformação de áreas remanescentes em zonas urbanizadas, com a proliferação de condomínios e loteamentos regulares com lotes de 750,00m², limite mínimo permitido pelo Código Urbanístico (Camaçari, 2023), mas também irregulares, com o desmembramento de glebas e oferta de lotes mínimos com 120,00m², o que vem descaracterizando os núcleos rurais e tornando-os núcleos urbanos precarizados. Perde-se, ao longo do tempo, a vocação agrícola do Distrito e a potencialidade em contribuir com os sistemas alimentares das cidades, com a perda da segurança alimentar da população local. Esta reflexão interfere diretamente na busca por resiliência urbana.

Frente a esta problemática, tem-se como hipótese que nestas áreas de transição rural-urbana existe uma diversidade de modos de *habitar* que preservam características rurais, de baixo impacto ambiental e mais resilientes, ainda que ameaçadas pela pressão imobiliária. Dentre estas, estão as áreas cultivadas por agricultores da agricultura familiar, comunidades tradicionais, assentamentos da reforma agrária, bem como, condomínios ecológicos. Algumas destas serão apresentadas neste artigo.

Para esta análise, somadas à revisão de literatura, também foram considerados o escopo do PDDU-S de 2023, bem como, o surgimento da RRAC, a partir da indignação dos moradores da zona rural, durante o processo de revisão do referido Plano.

3.1. PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL

O Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável (PDDU-S) de Camaçari é uma ferramenta do poder público destinado a fomentar o desenvolvimento econômico, social e ambiental do município. No entanto, é um instrumento de lei que baliza as demandas de desenvolvimento urbano, muitas vezes, em detrimento das necessidades da população rural, desconsiderando alternativas para o uso e ocupação das áreas de transição rural-urbana.

O conhecimento desta problemática alertou quanto ao objetivo de estruturar uma movimentação entre os núcleos rurais, por meio da formação da RRAC, mas também por outros grupos políticos que moveram uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) contra o PDDU-S de Camaçari, citando a Prefeitura e a Câmara Municipal de Camaçari, em 15/05/2025. Apesar da realização de audiências públicas para ouvir a população, o Plano foi duramente criticado por entidades ambientalistas e por segmentos rurais e de agricultores familiares, devido à retirada de direitos territoriais e às ameaças ao patrimônio ambiental do município.

O Plano, por sua vez, vem contribuindo com a expansão urbana, pela pressão imobiliária, que impacta o modo de *habitar* e produzir dos agricultores. Uma das principais motivações da Rede Rural RRAC foi a desconsideração das demandas das comunidades rurais no referido Plano e mobilizou um conjunto de organizações da sociedade civil do município.

3.2. REDE RURAL AGROECOLÓGICA DE CAMASSARY

A Rede Rural Agroecológica de Camassary (RRAC) é uma rede que reúne pessoas e organizações dos três Distritos de Camaçari - Sede, Abrantes e Monte Gordo -. Foi criada em 2023, por cerca de 13 entidades atuantes no território e 52 apoiadores para colaboração mútua frente aos impactos negativos socioambientais e econômicos recorrentes, visando articulações que impactem nas ações do poder público. A Rede foi idealizada durante a segunda edição do projeto Territórios de Agricultura, realizado pela empresa social Evoluir, foi uma iniciativa voltada ao desenvolvimento de soluções integradas e participativas para a produção, o consumo e a comercialização de alimentos saudáveis.

A Rede Rural RRAC tem o objetivo de desenvolver e promover uma rede de cooperação entre organizações rurais para fortalecer as práticas sustentáveis de agricultura, cultura e gastronomia, fomentar a segurança alimentar local e regional, além de apoiar a resiliência das comunidades rurais por meio da troca de conhecimentos, técnica e cooperação entre produtores e colaboradores, promovendo a conservação dos recursos naturais, a diversificação produtiva e o fortalecimento socioeconômico das famílias envolvidas. As organizações fundadoras da RRAC são associações, cooperativas, grupos culturais e apoiadores, ilustradas na Figura 2 abaixo.



Figura 2: Organizações fundadoras da Rede Rural Agroecológica de Camassary.
Fonte: Acervo da RRAC (2023).

No momento de sua fundação, foi elaborado um documento-manifesto pelos integrantes da RRAC, onde foram expostas intenções coletivas. Por sua vez, o Manifesto foi anexado a uma Carta Aberta aos Governantes em Defesa da Agricultura Familiar no Território de Camaçari-BA (RRAC, 2023), sendo entregue à Prefeitura de Camaçari como contribuição oficial da Rede durante o processo de revisão do PDDU-S em 2023, com o registro de considerações e reivindicações por demandas prioritárias para os agricultores da agricultura familiar, a fim de colaborar com os trabalhos. Destacam-se algumas demandas da referida Carta:

a) Delimitação clara e objetiva das áreas rurais em toda extensão territorial do município;
b) Previsão de mecanismos de intervenção com plano de recuperação para áreas naturais degradadas, a cada biênio do novo PDDU;
c) Reavaliação sobre a cobrança de IPTU para áreas de características rurais e núcleos rurais produtivos, mesmo que pertencentes às zonas de expansão controlada (ZEC);

d) Garantia da fração mínima de parcelamento rural do município, bem como, garantia do limite máximo de verticalização das edificações nessas áreas de características rurais, em consonância com o Código Urbanístico e Ambiental anterior.

Estes e demais pleitos dos agricultores se referem aos instrumentos de controle e monitoramento das diretrizes previstas no PDDU-S para o uso e ocupação do solo nas novas Zonas de Ocupação (ZOC) do município que incluem os núcleos rurais.

4. MÉTODOS

Como metodologia de pesquisa[1], optou-se pelo levantamento e análise de bibliografia, documentos históricos e legais, além da utilização da base de dados digital disponibilizada *online* pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano (SEDUR) de Camaçari, além de outras plataformas de dados públicos, como o *GeoBahia* e o *Geomais*, bem como, IBGE, INCRA, INEMA etc., que compuseram mapas temáticos auxiliares às análises.

Adicionalmente, o projeto de extensão promoveu visitas de campo, a partir do contato com algumas organizações da Rede Rural RRAC, que validaram os dados secundários levantados. Dessa forma, foi possível uma primeira aproximação às áreas de transição rural-urbana de Camaçari para também observar *in loco* e caracterizar os modos de *habitar* encontrados. As categorias de análise utilizadas para a caracterização foram sistematizadas nas ações de *habitar*, produzir e preservar, retomando a abordagem socioecológica da pesquisa, que reconhece as contribuições das dimensões social e ecológica das práticas locais, com vistas à transformação socioespacial.

Como procedimentos metodológicos, foram desenvolvidos mapas temáticos e elaborado um mapeamento socioecológico, onde são localizados aspectos sociais, ambientais e culturais, bem como, desafios e potencialidades, de forma colaborativa, utilizando a técnica do Biomapa[2]. Todo o processo foi desenvolvido durante o período de um semestre letivo, ou seja, quatro meses, com a contribuição de estudantes da disciplina extensionista *ACCS Caminhos de Convergência Socioecológica: saberes, projeto e prática*, no âmbito da graduação e pós-graduação do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia. As atividades de ensino-pesquisa-extensão contribuíram com os fundamentos da abordagem socioecológica no aprofundamento da temática para desenvolver os resultados e a discussão. Foram elaboradas a pegada ecológica individual e coletiva, a modelagem em *Canvas* para projetos sociais e a utilização da matriz FOFA (Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças). Nem todas estas são apresentadas neste artigo, mas contribuíram para os resultados.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como resultados, o mapeamento e cruzamento de dados levantados possibilitou a comparação, por meio de sobreposição e análise, do zoneamento urbanístico dos Planos Diretores de 2008 e 2023, utilizando a base de dados da SEDUR de Camaçari, com destaque às alterações no Distrito de Monte Gordo, de características rurais predominantes. Alguns limites anteriores que eram considerados *Zona de Expansão Controlada* (ZEC) voltaram a ser considerados *Zona Rural* (na cor branca) e a nomenclatura ZEC[3] foi substituída por *Zona de Ocupação* (ZOC)[4], o que se apresenta

[1] Um resumo expandido sobre a metodologia do projeto foi enviado para ser avaliado para publicação de um capítulo no livro “Do UFBA em Campo à ACCS: a Extensão Repensa a Universidade” (Rocha et al., 2025).

[2] Biomapa é uma técnica de diagnóstico e planejamento participativo, utilizando ícones em três categorias principais: Natureza, Vida sustentável, Cultura e Sociedade. Disponível em: <https://greenmap.org/> Acesso em: 01/08/2025.

[3] Zona de Expansão Controlada (ZEC): áreas ainda não ocupadas ou de ocupação rarefeita, mas pressionadas pela proximidade de áreas consolidadas e infraestruturadas, caracterizadas pela presença de ecossistemas de relevância no entorno, nas quais a ocupação deve ser controlada/condicionada, sem comprometer a qualidade dos ambientes.

[4] Zona de Ocupação (ZOC): bairros e localidades da Costa de Camaçari em processo de crescimento urbano, passíveis de estruturação urbana, assim como áreas de ocupação de baixa densidade sob influência de urbanização nas quais a ocupação deve ser ambientalmente controlada sem comprometer a qualidade ambiental das áreas periurbanas.

como uma alteração suficiente para viabilizar a expansão de empreendimentos nesta zona, ampliando seu potencial construtivo, principal motivação das reivindicações protagonizadas pela Rede Rural RRAC, durante a revisão do PDDU de Camaçari.

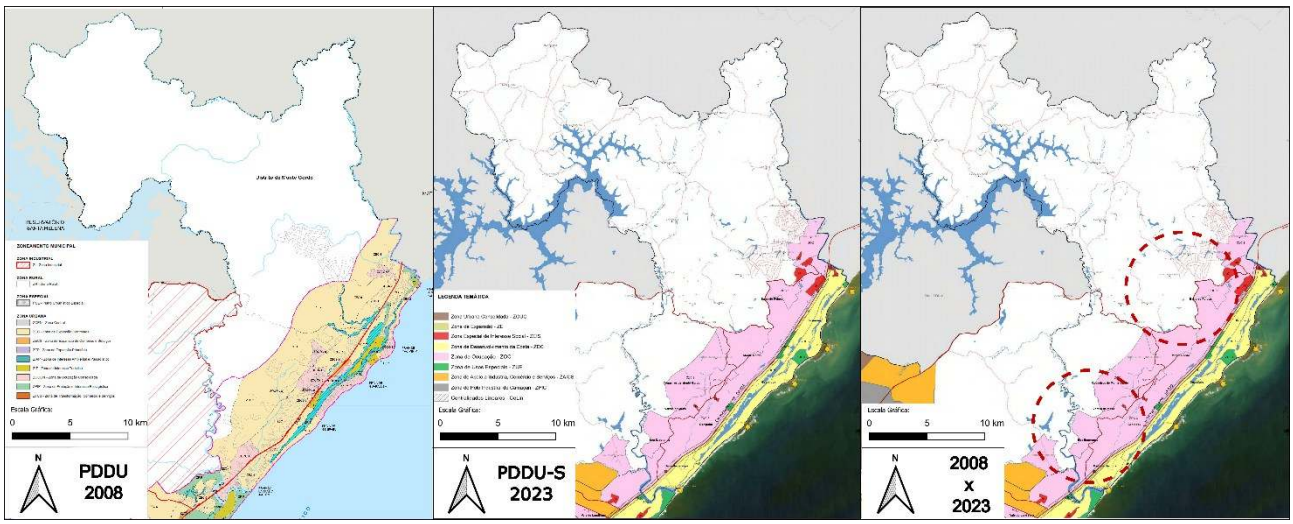

Figura 3: Linha do tempo com os Mapas de Zoneamento Urbanístico de Camaçari, segundo o PDDU de 2008 e 2023.
Nota: O terceiro mapa representa a sobreposição dos dois primeiros e demonstra as alterações em destaque.
Fonte: As autoras (2025), com base de dados da SEDUR-Camaçari.

Em contrapartida, foram observados diferentes modos de *habitar* as áreas de transição rural-urbana, com características rurais de baixo impacto ambiental, ilustrados na Figura 4 abaixo.



Figura 4: Modos de Habitar: (1) Território Quilombola; (2) Sítio Agroecológico e (3) Condomínio Ecológico.
Fonte: As autoras (2025).

Ainda que distintas, mantêm princípios comuns, como a preservação de uma relação saudável entre comunidade e natureza, por meio de práticas socioecológicas que promovem autonomia local, a exemplo do saneamento descentralizado com uso de fossa de bananeiras e/ou fossa de evapotranspiração; além da reciclagem de resíduos orgânicos por meio de composteiras para geração de adubo, ou mesmo, biodigestor para geração de gás de cozinha; separação de materiais recicláveis; uso de materiais ecológicos, como telhado verde; produção agroecológica de alimentos e agrofloresta, entre outros. No entanto, demonstram níveis diferentes de dificuldades no processo de sustentação econômica em seus modos de *habitar*.

O Quadro 1 apresenta a síntese das observações realizadas nas visitas de campo, organizadas nas categorias *habitar, produzir e preservar*, sendo possível analisar os desafios e potencialidades que os diferentes modos de *habitar* expressam nas áreas de transição rural-urbana em Camaçari.

Nota-se que as características se diferem, principalmente, na quantidade de moradores que habitam os territórios. Enquanto o quilombo abriga muitas famílias, o sítio agroecológico é gerido por apenas uma família. Já no condomínio ecológico, os lotes são de propriedade privada, embora sejam compartilhadas as áreas comuns de agrofloresta e horta. Estas condições influenciam no modo como habitam, produzem e preservam a cultura e o ambiente em seus territórios.

Categorias	Território Quilombola	Sítio Agroecológico	Condomínio Ecológico
HABITAR	- *Distrito de Abrantes, Macroárea rural;* - *Propriedade coletiva da terra, com alguns sítios particulares;* - *Território com 5 agrupamentos étnicos (Cordoaria, Sucupira, Morcego, Terra Maior e Fazenda Ilha) (Copque, 2021);* *- População de 234 famílias, com 650 residentes na localidade;* *- Dificuldades de acesso ao transporte público;* *- Saneamento descentralizado - fossa tradicional ou fossa ecológica;* *- Energia elétrica por cabeamento;* *- Telecomunicações por cabo e antena;* *- Saúde suprida de forma precária, com apenas um posto de saúde distante;* *- Segurança física e social insuficiente;* *- Práticas socioecológicas: separação de materiais recicláveis e composteiras.*	*- Distrito de Monte Gordo, nova Macroárea Urbana;* *- Sítio da agricultura familiar;* *- Moradia familiar com 2 à 4 moradores;* *- Cobrança de IPTU com o PDDU-S;* *- Moradia utiliza materiais reciclados simples e cumpre a função social da casa, como abrigo;* *- Saneamento descentralizado;* *- Práticas socioecológicas: captação de água de chuva; fossa de bananeiras; reciclagem de resíduos sólidos como materiais de construção; separação de materiais recicláveis e orgânicos; composteira.*	*- Distrito de Abrantes, Macroárea Urbana;* *- Condomínio privado, idealizado por um educador humanitário e ambientalista;* *- Possui 39 lotes com 400m² cada, contra os 60 lotes possíveis pela Lei;* *- Lotes privados e áreas comuns de preservação acima do exigido por Lei;* *- Cobrança de IPTU sobre lotes e áreas;* *- Vias com pavimentação permeável, respeitando a topografia original;* *- Não são utilizados produtos químicos nas áreas comuns, sendo essa prática incentivada dentro dos lotes;* *- As moradias devem seguir a convenção do condomínio para bioconstruções;* *- Práticas socioecológicas: captação de água de chuva; fossa de bananeiras; separação e reciclagem de resíduos; biodigestor; fossa ecológica; composteira; telhado verde; materiais ecológicos etc.*
PRODUZIR	*- Produção atual de mandioca; de quiabo (no passado);* *- Casa de farinha para produção de tapioca;* *- Produção agroecológica de alimentos;* *- Preservação cultural do semear e produzir o próprio alimento.*	*- Produção de frutas, legumes e hortaliças orgânicas;* *- Propriedade utilizada para diferentes cultivos agroecológicos;* *- Estufa de mudas como tecnologia social para multiplicação de sementes.*	*- Local para Feira agroecológica da Agricultura familiar;* *- Funcionário para compostagem;* *- Produção de alimentos orgânicos por meio de Agrofloresta e Horta comunitária*
PRESERVAR	*- Tem Certidão emitida pela Fundação Cultural Palmares, de 20.01.2006;* *- A Associação comunitária demanda a identificação e delimitação da área de 27.982km² do seu território, desde 2011;* *- Preserva a Cultura: sambas, rezas, árvore genealógica da comunidade, tradição com visão contemporânea;* *- Nota-se desconexão com a identidade quilombola, pelo processo de colonização antiga e atual (agronegócio, religião).*	*- Preserva animais;* *- Busca integração em grupos (rede, cooperativa);* *- Convive de forma harmoniosa com os recursos naturais;* *- A proporção entre a área de cultivo em relação a casa demonstra que não compete e nem agride o território rural.*	*- Preserva a mata ciliar de um Canal do Rio Joanes;* *- Preserva vegetação nativa;* *- Reflorestamento com Agrofloresta;* *- Preserva animais e não é permitido o consumo de animais;* *- Funciona como ponto de educação ambiental escolar.*

Quadro 1: Categorias de análise e modos de *habitar* observados.
Fonte: As autoras (2025).

As ações de produzir e preservar o território convergem em práticas de baixo impacto ambiental, ao promover a ocupação do espaço, o cultivo de alimentos em acordo com a preservação dos recursos naturais. Enquanto no sítio agroecológico a produção dos alimentos é realizada por pessoas da mesma família, no território quilombola, o beneficiamento de alimentos é realizado com técnicas ancestrais manuais (casa de farinha). Ambos mantêm uma relação com a terra, com a cultura local e com a formação familiar. De forma semelhante, o condomínio ecológico integra na gestão das áreas comuns o cultivo de alimentos e preservação ambiental, mas sendo uma área privada, enfrenta a cobrança de IPTU sobre estas áreas de preservação.

6. CONCLUSÕES

Nos últimos anos, as áreas rurais do município de Camaçari vêm sendo continuamente reduzidas em função da expansão urbana e do crescente investimento do setor imobiliário no litoral norte baiano, mais recentemente, se expandindo da Orla às áreas rurais, com investimentos do setor imobiliário na oferta de loteamentos para uma classe de alto poder aquisitivo. Estas ações têm destruído áreas de proteção ambiental e de alta capacidade de produção de alimentos pela agricultura familiar, interferindo na qualidade do solo e dos corpos hídricos. Nas áreas de transição rural-urbana, glebas remanescentes de fazendas têm sido desmatadas e transformadas em grandes empreendimentos privados, reforçadas pelo PDDU-S, impondo uma paisagem urbana sobre as características rurais ainda presentes.

Mesmo com as dificuldades encontradas em relação ao acesso a documentos, coleta de dados secundários e visitas de campo com os estudantes, foi possível investigar os modos de *habitar* resilientes que coexistem com a realidade da pressão imobiliária, concluindo que os territórios analisados apresentam características rurais que geram baixo impacto ambiental, além de conviver

com uma infraestrutura rural inadequada para seu desenvolvimento socioeconômico, produtividade agrícola e preservação ambiental e cultural. Ainda assim, apresentam potencialidades, por priorizarem a produção agroecológica e/ou orgânica de alimentos, bem como, desenvolverem práticas socioecológicas voltadas para a autonomia local.

Recomenda-se que outras realidades rurais-urbanas integrem futuras investigações, para ampliar a compreensão sobre como a interdependência entre as áreas rurais e urbanas impacta a resiliência territorial. Da mesma forma que o acesso à infraestrutura adequada, somada à políticas de proteção de territórios destinados à modos de *habitar* mais resilientes podem promover a segurança alimentar das populações rurais e urbanas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia**: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2000.

BRASIL. Presidência da República. Ministério do Desenvolvimento Agrário. MDA. **Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário**: PNDRSS [v. 2] Brasília, CONDRAF, 2013.

CAMAÇARI. **Lei Complementar nº1873/2023, de 15 de dezembro de 2023**: Institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável (PDDU-S) do Município de Camaçari. Camaçari, 2023.

CAMAÇARI. **Lei Complementar Nº 1.874/2023, de 15 de dezembro de 2023**: Institui o Código Urbanístico do Município de Camaçari. Camaçari, 2023.

CANDIOTTO, Zanetti P. L. **Agroecologia: conceitos, princípios e sua multidimensionalidade**. Ambientes: Revista de Geografia e Ecologia Política, v.2, n.2, p.25-75, 2020.

COPQUE, Diego. **Do Joanes ao Jacuípe:** uma história de muitas querelas, tensões e disputas locais. Salvador: Cogito, 2021.

FERREIRA, Joelson e FELICIO, Erahsto. **Por Terra e Território**: caminhos da revolução dos povos no Brasil. Arataca (BA): Teia dos Povos, 2021.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2022: resultados gerais da amostra**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

LEFEBVRE, Henri. ***De lo rural a lo urbano***. Barcelona: Ediciones Península, 1973.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Editora Moraes, 1991. Título original: Le Droit à La Ville (1968).

ONU-HABITAT - PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ASSENTAMENTOS HUMANOS. **Relatório Mundial das Cidades 2022:** por um futuro Urbano Melhor. ONU-Habitat, 2022.

RRAC – REDE RURAL AGROECOLÓGICA DE CAMASSARY. **Carta Aberta aos Governantes em Defesa da Agricultura Familiar no Território de Camaçari-BA**. Camaçari, 2023. Disponível em:http://pddu.camacari.ba.gov.br/wp-content/uploads/2023/10/CARTA-REDE-RURAL-AO-PDDU-DE-CAMACARI.pdf Acesso em: 01 ago. 2025.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. 5. ed. São Paulo: EDUSP, 2005.

ROCHA, Heliana F. Mettig; AMORIM, Nayara; SANT'ANNA, Camila; VENTURA, Andrea. **Habitar Resiliente:** uma construção coletiva na zona rural de Camaçari, BA. In: Do UFBA em Campo à ACCS: a Extensão Repensa a Universidade. Salvador: EDUFBA, [submetido para publicação], 2025.

WALKER, B.; HOLLING, C.; CARPENTER, S.; KINZIG, A. **Resiliência, Adaptabilidade e Transformabilidade em Sistemas Socioecológicos. Ecologia e Sociedade**, 9 (2), 5, 2004.